

GT 2- ECONOMIA SOLIDÁRIA, COOPERATIVISMO E TRABALHO DECENTE

Dimas de Oliveira Estevam (UNESC)
Carolina da Graça Jacques (UNESC)

No mercado de trabalho, no Brasil, tem-se assistido a queda do trabalho formal, assalariado em relação ao total de ocupação, bem como, o avanço do desemprego e das ocupações em condições precárias e informais. O processo de desestruturação trabalhista, foram acentuados pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467 de 2017) responsável por realizar mudanças profundas na CLT. A partir destas mudanças, tem se assistido a emergência do desemprego estrutural, a precarização das relações trabalhistas e aumento do trabalho informal, agravados pela Pandemia do Covid-19. A pandemia do Covid-19 impactou fortemente o mercado de trabalho, fragilizando ainda mais, a situação precária dos/as trabalhadores/as do país. De acordo com a pesquisa do IBGE Pnad, em maio de 2020 havia 10,1 milhões de desempregados/as no país. Em agosto, esse contingente já era de 13,7 milhões de desempregados/as, uma alta na taxa de desocupação de 10,7% para 14,3%, em poucos meses. Contudo, o desemprego não atingiu a todos/as de forma homogênea, a pesquisa demonstra que as mulheres (16,2%), as pessoas afrodescendentes ou pardas (15,4%) e os mais jovens de 14 a 29 anos (23,3%) foram os grupos mais impactados pelo cenário socioeconômico atual. Esses dados expõem as fragilidades dos trabalhadores/as brasileiros. Com a deflagração da Pandemia do Covid-19, a Economia Solidária ganha relevância como possibilidade de geração de trabalho e renda. A Economia Solidária tem grandes possibilidades, não apenas como resposta ao desemprego, agravado pela pandemia, mas por possibilitar outro modelo de desenvolvimento, mais humano, socialmente mais justo e economicamente mais sustentável. Em meio à crise de saúde mundial, profissionais da área de saúde, trabalhadores/as da indústria, agricultores/as, empregados/as domésticos/as e do setor de serviços declarados essenciais precisaram manter suas atividades, mesmo sem equipamentos adequados para garantir a sua segurança. Contudo, é preciso ressaltar que os desafios para a consolidação do trabalho digno e decente no Brasil e no mundo são múltiplos. Mesmo no século XXI, na era das tecnologias mais desenvolvidas, a humanidade ainda se encontra distante do patamar de dignidade no trabalho para todos/as. Trabalhadores/as explorados/as, sem vínculo de proteção social, ausência de liberdade de representação sindical, falta de equidade entre gêneros, trabalho forçado, jornadas exaustivas e trabalho infantil são apenas alguns exemplos de situações para as quais o trabalho decente é apenas um conceito vago e distante. Com o cenário de agravamento das condições de trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1999, lançou o conceito de “Trabalho Decente” (TD) apoiado em quatro objetivos estratégicos relacionados com a promoção das normas e direitos fundamentais no trabalho, criação de oportunidades de empregos com remuneração decente, fortalecimento da proteção social e do diálogo tripartite (governos, organizações empresariais e dos trabalhadores). Por sua vez, as cooperativas, criadas desde à primeira revolução industrial, começaram a desenvolver meios com o objetivo de proporcionar relações de trabalho em condições mais justas e dignas, afim de proteger os trabalhadores das situações degradantes dos empregos gerados durante o século XIX. Desde então, as cooperativas têm sido um espaço de experimentação de práticas democráticas, por meio da participação democrática de seus associados no processo de tomada decisão. A par do crescimento do emprego em condições precárias, as cooperativas passaram a ser vistas, pela OIT, como uma forma alternativa a

exploração crescentes e degradantes do trabalho. Em 2002, a OIT reconheceu a função das cooperativas na geração de trabalho decente, através da Recomendação nº 193 de 20 de junho de 2002. Passados duas décadas da formalização do conceito de TD pela OIT, o que se percebe é a precarização crescente do trabalho, o desemprego em grande escala, persistindo em todos os países, agravados pela crise da Covid-19. A economia solidária, as cooperativas de modo geral, ao expressar formas de organização econômica e social, baseados no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade que nexos possuem com os conceitos de trabalho decente proposto pela OIT, como sendo aquele adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Desta forma o objetivo do GT, procura explorar os possíveis nexos existentes entre a Economia Solidária, cooperativismo e o trabalho decente, antes e durante a pandemia, tendo por base um contexto de intensa precarização da força de trabalho.